

Proposta de Fundo Soberano para Moçambique deve ser aprovada urgentemente

- Assembleia da Republica deve assumir o seu papel de defensor dos direitos dos moçambicanos

Por: Rui Mate

1. Introdução

O Banco de Moçambique (BdM) publicou, em Setembro de 2020, a proposta para a criação de um Fundo Soberano (FS), com o objectivo de maximizar os ganhos decorrentes das receitas do gás natural, e de outros recursos naturais não renováveis, e desta forma minimizar os impactos macroeconómicos indesejáveis decorrentes de uma entrada excessiva de receitas na economia. No entanto, desde que a proposta foi apresentada ainda não foi aprovada pelo Governo para posterior submissão à discussão e aprovação pela Assembleia da República (AR). Considerando a sua importância, a AR pode assumir a liderança para a sua criação.

A previsão é que o país arrecade cerca de USD 96 biliões durante a vida útil dos projectos de exploração do gás natural, isto é, em média USD 3,2 biliões por ano, em cerca de 30 anos¹. Esta média representa cerca de 48%² do total das receitas previstas no orçamento de 2022. Neste sentido, caso as projeções se concretizem, haverá um aumento substancial de recursos financeiros do Estado que, por um lado, podem aliviar as pressões na busca de recursos para a despesa pública e reduzir a pressão sobre o recurso ao crédito e, por outro, devido à sua magnitude, criar distorções na economia e, em vez de constituir uma bênção, virar uma maldição.

No documento de fundamentação, o BdM refere que “a criação de um FS é uma decisão do Governo e o melhor momento para a sua criação é antes do início da entrada massiva das receitas dos recursos naturais não renováveis”³. Esta posição do BdM é consentânea com a necessidade de paulatinamente, antes da recepção de grandes volumes de receitas, o fundo começar a estabelecer-se para que se ganhe maturidade de gestão, de modo que, quando o país passar a receber grandes volumes de receitas, a capacidade de gestão do fundo esteja consolidada, minimizando-se os diversos riscos de uma abundância de recursos e também de uma má gestão das receitas.

Está previsto que o país encaixe, em 2022, cerca de USD 34 milhões com a entrada em funcionamento do projecto FLNG Coral Sul na Bacia do Rovuma, o segundo projecto do sector de gás a entrar na fase de produção, depois da empresa Sasol. Neste contexto, o CIP apresenta uma análise descritiva sobre as dinâmicas actuais em volta da proposta da criação do Fundo Soberano, propondo a necessidade de revisão da proposta e a retoma das discussões para que se aprove o mais rápido possível.

A análise recomenda, de forma geral, a intervenção da Assembleia da República para: (i) a defesa dos direitos dos moçambicanos, aprovando uma lei do FS que seja transparente e inclusiva, (ii) a revisão e publicação periódica por parte do Ministério das Finanças, Banco de Moçambique e Ministério dos Recursos Minerais e Energia das previsões das receitas do sector e detalhes que permitam o escrutínio público das principais decisões do uso dos recursos extractivos e (iii) a necessidade de garantir que os recursos que estão sendo explorados hoje, também beneficiem as gerações futuras.

1 Período previsto de exploração do gás

2 O Orçamento do Estado para 2022 é de cerca de 7,5 biliões de dólares, a uma taxa de 69,00MT por cada dólar, conforme o documento de Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2022.

3 https://bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=352

2. Análise

O modelo de Fundo Soberano (FS) proposto pelo Banco de Moçambique (BdM) persegue dois objectivos nomeadamente, a acumulação de poupança e a estabilização do sector fiscal⁴. Com o primeiro objectivo pretende-se equilibrar as necessidades das gerações presentes e futuras e com o segundo isolar o orçamento e a economia dos impactos nefastos resultantes de flutuações dos preços das commodities nos mercados internacionais. Em relação ao desenvolvimento, a proposta indica que serão encaminhados para investimentos em infra-estruturas, recursos a serem geridos pelo Governo através do Orçamento do Estado (OE).

O modelo do FS proposto será financiado, até ao vigésimo ano, por 50% das receitas totais brutas do sector extractivo (derivado da exploração de hidrocarbonetos (gás e petróleo), minérios e metais⁵) e, a partir do vigésimo primeiro ano, por 80% destas mesmas receitas. O restante será canalizado para o OE. O BdM alerta, na proposta, que “a criação do fundo deve ser antes do início da entrada massiva das receitas dos recursos naturais não renováveis e esta decisão cabe ao Governo”.

2.1 Devem ser feitas actualizações das projeções de receitas que fundamentam a criação do fundo soberano antes da sua aprovação

Segundo projeções do FMI de 2019, os projectos de gás, podem gerar mais de 200 biliões de dólares americanos ao longo da vida dos projectos, o que equivale a cerca de 12 biliões de dólares americanos por ano. Esta média equivale a cerca de 27% do PIB por ano, isto no pico do projecto, a ocorrer entre os anos de 2037 e 2045. Nesta fase, as receitas do gás excederiam as receitas dos outros sectores. Depois desta fase, as receitas deste sector apresentariam um declino acelerado. Ver gráfico 1 abaixo

Tratando-se de volumes de recursos muito altos, o FS seria um mecanismo ideal de gestão destas receitas para se evitar os riscos decorrentes da falta de capacidade da economia nacional em absorver este volume de receitas evitando, deste modo, que os recursos sejam maldição.

Esperava-se que os dois maiores projectos de gás a operar na Bacia do Rovuma, respectivamente o projecto da área 1 liderado pela empresa TotalEnergies (Mozambique LNG) com um investimento avaliado em cerca de 20 mil milhões de dólares norte americanos⁶, e o projecto da área 4, liderado pela ExxonMobil (Rovuma LNG) com um investimento estimado em cerca de 30 mil milhões de dólares americanos⁷, entrassem em funcionamento a partir de 2023.

Considerando estas projecções, e o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2022-2024, as receitas do sector extractivo representariam cerca de 70% das receitas do Estado, o que mostra maior disponibilidade dos seus recursos, acima da sua capacidade de absorção (actualmente a contribuição média do sector extractivo é de 8%). Este factor justifica a existência de um mecanismo como o FS para a gestão deste fluxo de receitas. Segundo projeções do FMI, de 2019, Moçambique atingiria, em 2024, um crescimento real do PIB de 11,5%⁸.

4 Para mais detalhes sobre estes objectivos poderá consultar o documento da proposta do Fundo Soberano no site do Banco de Moçambique <https://www.bancomoc.mz/>

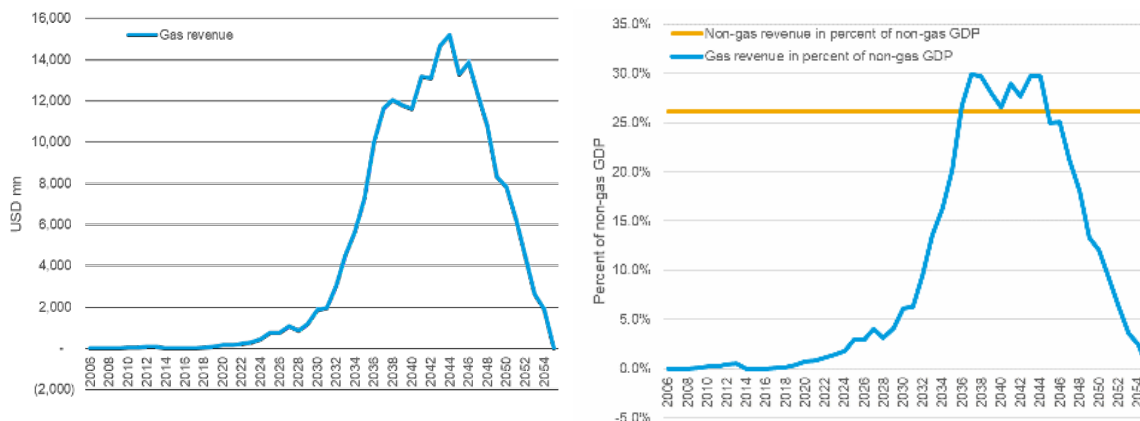
5 Ver proposta de criação do fundo soberano

6 <https://mzlmg.totalenergies.co.mz/>

7 <https://www.voaportugues.com/a/investimento-da-exxon-na-bacia-do-rovuma-poder%C3%A1-ser-abandonado-disse-wall-street-journal/6281716.html>

8 <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/CR/2019/1MOZEA2019002.ashx>

Gráfico 1: Receitas totais do Governo projetadas no cenário óptimo dos projectos da área 1 e área 4 da bacia do Rovuma (milhões de dólares americanos)



Fonte: retirado do documento “Developing Gas Reserves in Mozambique: Revenue Impact”⁹

No entanto, observaram-se nos últimos 2 anos eventos que afectaram negativamente o sector: i) a pandemia da Covid-19, que afectou negativamente o sector extractivo em toda a sua cadeia de valor (preços, produção, distribuição e comercialização); ii) a intensificação dos ataques militares em Cabo Delgado, que levaram à paralisação das actividades da empresa TotalEnergies em 2020, sem previsões concretas de retorno¹⁰; iii) os constantes adiamentos da empresa ExxonMobil na tomada de decisão final de investimento do seu projecto na área 4¹¹; e iv) a conferência do clima realizada em 2021, COP26, que apresentou novos acordos no âmbito da redução do uso dos combustíveis fósseis de modo a reduzir a emissão de gases de efeito estufa ditando novos contornos nos investimentos deste sector em todo mundo, incluído moçambique¹².

No momento de desenho da proposta do FS, previa-se a arrecadação de cerca de 200 milhões de dólares em receitas com os projectos extractivos, cifra que deveria ser atingida em 2023. No entanto, projecções actualizadas do FMI em Dezembro de 2021, mostram que apenas em 2026 se poderá atingir este volume de receitas. (ver gráfico 2 abaixo)

Portanto, é importante que se reveja a proposta por conta do cenário que alterou, pelos factores acima mencionados, sob o risco de se aprovar uma proposta que não considera o contexto actual, e que possivelmente vai prejudicar a gestão das receitas do fundo por se basear em pressupostos não mais realísticos

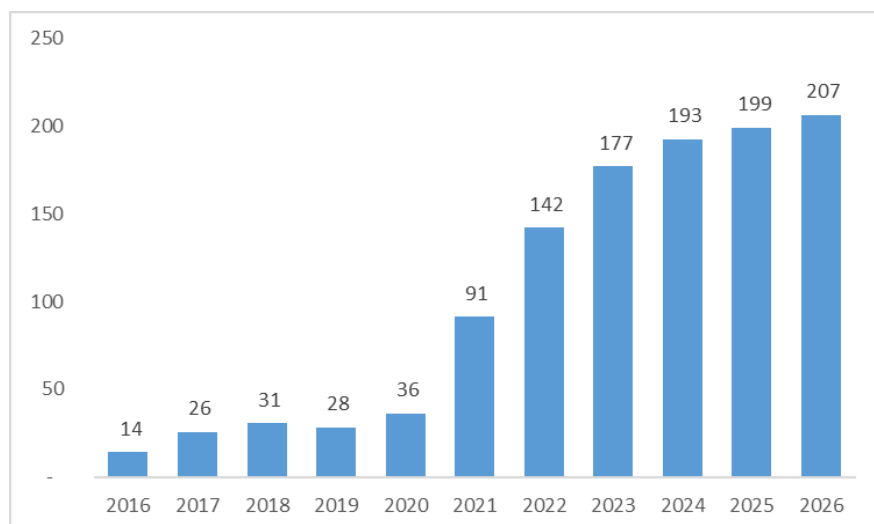
9 https://bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=352

10 Em princípios do mês de Fevereiro corrente, o CEO da TotalEnergies declarou que a empresa voltará a operar nos projectos de exploração do gás do Rovuma quando a paz estiver estabelecida, isto é, quando estiver garantida, não apenas segurança para a empresa, mas também para a população civil, facto que não irá acontecer em 2022 - https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/Patrick_Pouyanne-TotalEnergies-10Feb22.pdf

11 https://www.rtp.pt/noticias/economia/petrolifera-exxon-volta-a-adiar-decisao-final-de-investimento-no-gas-de-mocambique_n1301870

12 <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59274397>

Gráfico 2: Receitas totais do Governo - 2016-2026 (milhões de dólares americanos)



Fonte: Construído com base nos dados FMI, Dezembro de 2021

Em 2022 entra em produção o projecto FLNG Coral Sul na Bacia do Rovuma, segundo projecto do sector de gás a entrar em produção depois do projecto de Temane, operado pela empresa Sasol. Prevê-se que nos próximos dois ou três anos contribua com receitas fiscais de cerca de USD 772 milhões de dólares por ano¹³, cerca de 10% do OE de 2022. No entanto, vale recordar que este é um dos menores projectos do sector naquela área, comparativamente aos outros dois cujo futuro neste momento é incerto. As suas projecções têm sido de menores receitas em relação ao previsto inicialmente o que significa que o impacto nas receitas fiscais do Estado é relativamente menor e com riscos reduzidos de criar distorções económicas. Neste sentido, há necessidade de o Governo publicar regularmente cenários actualizados e referir-se também aos cenários negativos para gerir as expectativas públicas, dada a incerteza das receitas do gás.

2.2 Há necessidade de garantir benefícios para as futuras gerações com as receitas do sector extractivo que o Governo já recebe

Moçambique ainda é carente de infra-estruturas e serviços básicos que devem ser priorizados para garantir o bem-estar da população, podendo, deste modo, questionar-se a racionalidade de poupar enquanto existem necessidades básicas a serem satisfeitas de forma imediata. A criação de poupanças não é o único mecanismo para que se garanta que as gerações futuras se beneficiem dos recursos extractivos que são esgotáveis¹⁴.

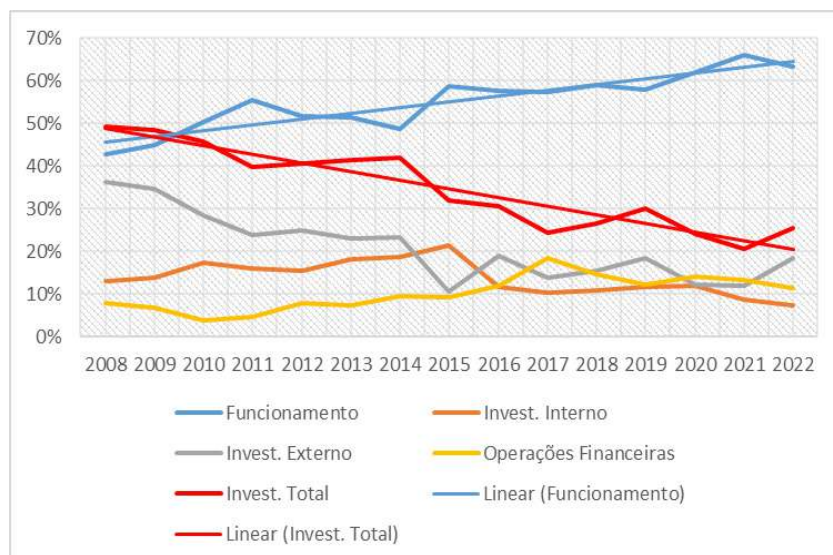
Pode, o Governo, garantir benefícios para as gerações futuras investindo em saúde, educação e infraestruturas produtivas. No entanto, se olharmos para os investimentos do Governo nos últimos 15 anos, podemos verificar que em termos de investimentos há uma tendência decrescente em detrimento da despesa de funcionamento que apenas beneficia as gerações presentes, através da garantia de pagamento de despesas correntes isto é consumo.

Com o gráfico abaixo, podemos verificar que, em 2008, a despesa de investimento representava 49% do OE. No entanto, em 2022, a mesma despesa representa 26%, uma redução em 23pp. No mesmo período, a despesa de funcionamento aumentou em 20pp, o que mostra a preferência do estado pelo consumo e não investimento.

¹³ <http://www.inp.gov.mz/pt/Noticias/Presidente-da-Republica-faz-Discursos-Historico-num-Dia-em-que-a-Plataforma-Coral-Sul-FLNG-foi-Baptizada-e-Enviada-a-Mocambique>

¹⁴ https://bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=352

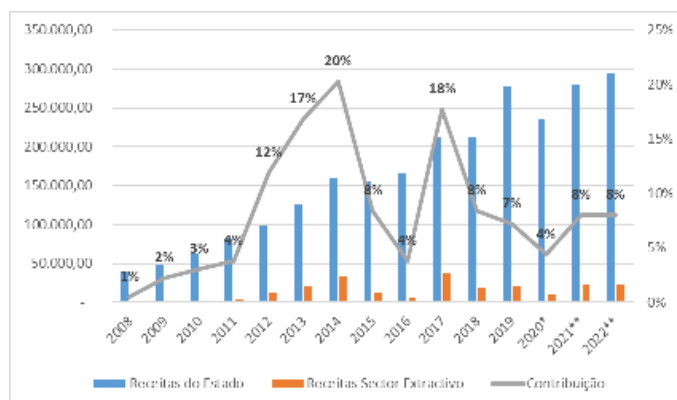
Gráfico 3: Evolução percentual dos principais agregados da Despesas do Estado (2008-2022)



Fonte: CGE diversos anos (2008-2019), OE (2021 e 2022)

Os dados apresentados no gráfico 4, abaixo, referem-se às receitas do Estado e do sector extractivo entre 2008 e 2022. Estes montantes mostram que, em 15 anos, o Governo recebeu¹⁵, através do OE, cerca de 22 biliões de meticais que foram canalizados, a 100%, para os gastos públicos, sem indicações de que se esteja a garantir poupanças para as necessidades das gerações futuras. O sector extractivo tem contribuído para as receitas do Estado numa média de 8% por ano sendo a área de hidrocarbonetos o maior contribuinte entre os dois sectores de recursos extractivos não renováveis¹⁶.

Gráfico 4: Receitas Totais brutas do sector extractivo (2008-2022)



Fonte: Relatórios da ITIE (2008-2019), RPCGE (2020) e precisão com base na média (2021 e 2022)

A não criação de poupanças para as gerações futuras é contrária ao princípio geralmente aceite por diversos países, incluído Moçambique, de que os benefícios da exploração de recursos não renováveis deve ser intergeracional, isto é, deve beneficiar as gerações actuais e as futuras através da criação de poupanças e de outros mecanismos que possam garantir que todas as gerações se beneficiem da exploração desses recursos.

O Presidente de Moçambique, e chefe do Estado, defendeu na abertura da conferência de lançamento das discussões sobre o FS para Moçambique, com o lema “Preparando Moçambique para a Era do Gás Natural” que “com um mecanismo de poupança bem estruturado e com padrões de gestão e de governação moderna, podemos transformar os ganhos de recursos não renováveis em geração de recursos renováveis que irão beneficiar de forma perpétua as nossas gerações e as gerações futuras”¹⁷. Considerando que existe um alinhamento entre

15 Deve-se considerar que os anos 2021 a 2022 são previsões de acordo com a média dos anos anteriores

16 Ver relatórios da ITIE para mais detalhes sobre a contribuição de cada sector no total das receitas do Estado

17 <https://www.dn.pt/lusa/pr-mocambicano-defende-criacao-de-poupanca-das-receitas-dos-recursos-naturais-10730081.html>

a proposta do FS e o pensamento do Governo a dúvida é, o que está a faltar para a sua criação? Está questão pode ser esclarecida pela entidade que conferiu ao BdM legitimidade para apresentar a proposta sobre a criação do FS. Nos documentos públicos disponíveis sobre o FS não está claro.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035 (em revisão) define que os recursos gerados devem ser canalizados para investimentos na formação de capital humano, construção de infra-estruturas, pesquisa e inovação e na diversificação da base produtiva¹⁸. Esta acção seria um mecanismo para garantir benefícios, para as gerações futuras, da exploração de recursos através destas bases de desenvolvimento que estariam sendo criadas. No entanto, a realidade não parece ser essa, conforme demonstrado pelos níveis de distribuição da despesa do Estado no gráfico 3, apresentado acima, que mostra que os recursos estão sendo gastos para despesas correntes e não se olha para as gerações futuras.

2.3 Faltam detalhes fundamentais na proposta do FS apresentada publicamente

Conforme aponta a proposta do FS, apresentado pelo BdM, nos primeiros 20 anos da vigência do fundo, 50% das receitas totais brutas do sector extractivo devem ser canalizados para poupança e estabilização, mas sem indicação das percentagens que serão destinadas para cada um destes dois objectivos.

A indicação dos valores previstos para a poupança pode ajudar a entender a racionalidade da proporção das receitas que se pretende destinar para este objectivo. Vale recordar que a decisão da proporção das receitas a poupar ou a gastar deve ser tomada considerando o curto e longo prazo. A curto prazo, deve-se considerar simultaneamente a magnitude das receitas e os efeitos de curto prazo na economia se gastos imediatamente. A longo prazo, deve-se considerar os retornos das poupanças comparativamente à taxa paga sobre a dívida pública. A ideia é que, se os retornos do FS forem inferiores à taxa paga sobre a dívida pública, então faz sentido reduzir a dívida ao invés de acumular reservas¹⁹.

Considerando esta racionalidade, seria importante que fossem apresentados publicamente detalhes sobre os valores a serem canalizados ao FS designadamente, dos 50% a serem canalizados ao fundo qual é a percentagem para a poupança e qual é a percentagem para a estabilização. Mostrar os detalhes sobre quais são os retornos esperados dos valores a serem poupados, os custos operacionais do fundo previstos no sentido de se verificar se a dimensão do fundo justifica tais custos e como a sua criação irá afectar o OE. Neste momento a proposta do FS não apresenta esse nível de detalhes.

2.4 A Assembleia da República deve ser mais proactiva no processo de criação do Fundo Soberano

A proposta do FS apresentado pelo BdM aponta de forma clara que cabe ao Governo aprovar a criação de um FS e que o melhor momento seria antes do início da entrada massiva das receitas dos recursos naturais não renováveis. O Governo já recebe receitas do sector de recursos extractivos não renováveis que devem garantir benefícios para todos os moçambicanos isto é, da geração actual e futura. Os gastos das receitas deste sector, através do Orçamento do Estado são destinados ao consumo e não investimos (ver gráfico 3 acima) contrariando o princípio de benefícios intergeracional destes recursos, quer através de poupanças, quer através de investimentos em sectores estruturantes que podem garantir bases de um desenvolvimento sustentável e sustentado. Apesar da proposta do FS apresentada pelo BdM carecer ainda de algumas melhorias, é um mecanismo que pode ajudar a melhorar a gestão das receitas do sector extractivos de recursos esgotáveis.

Fundamentando-se nas dinâmicas acima referidas, pode se concluir que, o actual Governo, apesar dos discursos públicos, não tem nenhum interesse em criar o fundo. Neste contexto, é crucial que Assembleia da República (AR), no seu papel de legislador e representante dos interesses do povo, assuma a liderança da criação do fundo por forma a garantir que os benefícios dos recursos extractivos sejam efectivamente para todos os moçambicanos, desta e das gerações vindouras.

Apesar das receitas esperadas da exploração do gás na Bacia do Rovuma constituírem a maior fonte de financiamento do FS, o Governo já arrecada receitas de outros projectos extractivos que devem, constituir a base para aprendizagem de uma gestão transparente dos recursos deste sector. Isto deve acontecer antes da entrada de grandes volumes de recursos previstos nos projectos da Bacia do Rovuma. Neste caso, reforça-se a ideia do papel fundamental a ser desempenhado pela AR para garantir estes benefícios.

¹⁸ <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/estrategias-nacionais/397-estrategia-nacional-de-desenvolvimento/file?force-download=1>

¹⁹ https://www.cabrisbo.org/uploads/files/Documents/position_paper_2016_fiscal_and_budget_policy_revenue_management_cabri_revenue_management_in_the_extractives_sector_in_africa_portuguese.pdf

Na sua proposta de lei sobre o FS, a AR deveria incluir aspectos fundamentais para garantir a transparência e melhor gestão do fundo, tais como: i) a necessidade do gestor do FS ser apurado por via de concurso público, que depois seria homologado pela AR; ii) definir mandatos únicos e que sejam de períodos diferentes do mandato político; iii) obrigatoriedade de publicação de relatórios de auditorias externas independentes online, e de relatórios do Tribunal Administrativo; e iv) incluir uma supervisão independente e multilateral que fizesse comunicações periódicas acerca da gestão do fundo. Extractiva

A proposta do FS deve também salvaguardar o interesse nacional, isto é, os gestores de um futuro Fundo Soberano devem prestar contas em sede do parlamento, de modo a evitar pressões políticas do Governo do dia, que muitas vezes tendem em vista objectivos de curto prazo e eleitoralistas. Isso poderá permitir que o Fundo possa ser gerido com alguma equidistância das lutas politico-eleitoralistas e dos potenciais apetites das elites políticas.

3. Conclusão e recomendações

De modo geral, a proposta do FS do Banco de Moçambique apresenta elementos-chave para uma gestão transparente do fundo e que pode viabilizar o alcance dos objectivos definidos. No entanto, existem elementos que constituem uma grande preocupação, por exemplo, as mudanças estruturantes ocorridas nos últimos dois anos que alteraram as previsões no sector. Constituem preocupação, também, as razões da demora na criação do FS, o uso das receitas dos recursos do sector extractivo, considerando principalmente que o Estado já recebe recursos da exploração deste sector desde 2004, com o início da produção da multinacional SASOL que explora gás natural em Pande e Temane e que, em 2022, mais um projecto importante, o projecto Coral FLNG, entra em produção com uma contribuição considerável para as receitas do sector. Neste sentido, é de se recomendar:

i. À Assembleia da República:

- Legislar sobre a gestão das receitas do sector extractivo através de um documento que seja sólido o suficiente para resistir às guerras partidárias e aos apetites das elites políticas; e
- Maior envolvimento na criação do FS e criação de capacidade técnico institucional dos deputados para esta e outras matérias que requerem o seu envolvimento directo.

ii. Ao Governo, Ministério da Economia e Finanças e Banco de Moçambique

- A retoma, e com maior celeridade, das discussões sobre o FS;
- A publicação de detalhes das percentagens e dos valores a serem canalizados para a poupança e estabilização económica, bem como os retornos esperados dos valores a serem poupados e aplicados;
- A apresentação dos custos operacionais do fundo previstos, no sentido de se contribuir para a verificação da racionalidade da criação do fundo, dados os custos operacionais; e
- A publicação periódica de cenários actualizados das previsões sobre o fundo para gerir as expectativas públicas, dada a incerteza das receitas do gás.

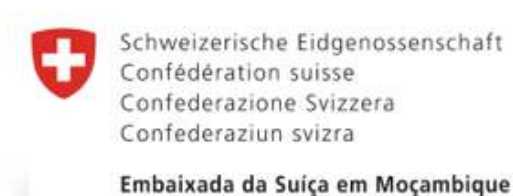
4. Documentos e páginas webs consultadas:

- Banco de Moçambique (2020), Proposta do Fundo Soberano para Moçambique, disponível no site <https://bancomoc.mz/>, consultado no dia 30/01/2022 às 15H36
- Banco Mundial (2021), Moçambique: aspectos gerais, disponível no site <https://bancomoc.mz/>.
- BBC (edição de 13 de Novembro de 2021), COP26: Os principais fracassos e vitórias do acordo final da cúpula sobre mudança climática, disponível no site <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59274397>, consultado no dia 31/01/2022 às 18H00.
- CABRI (2016), Gestão das Receitas do Sector Extractivo em África - Documento de Posição da CABRI, disponível no site, https://www.cabrisbo.org/uploads/files/Documents/postition_paper_2016_fiscal_and_budget_policy_revenue_management_cabri_revenue_management_in_the_extractives_sector_in_africa_portuguese.pdf, consultado no dia 2/02/2022 às 17H45.
- Diário de Notícias (edição de 27 de Março de 2019), PR moçambicano defende criação de poupança das receitas dos recursos naturais, disponível no site <https://www.dn.pt/lusa/pr-mocambicano-defende-criacao-de-poupanca-das-receitas-dos-recursos-naturais-10730081.html>, consultado no dia 4/02/2022 às 10H25.
- <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview>, consultado no dia 01/02/2022 às 11H00.
- IMF (2019), Country Report No. 19/166, disponível no site, <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/CR/2019/1MOZEA2019002.ashx>, consultado no dia 31/01/2022 às 14H33.
- IMF (2021), Country Report No. 2021/280, disponível no site, <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2021/12/23/Suriname-Request-for-an-Extended-Arrangement-under-the-Extended-Fund-Facility-Press-Release-511294>, consultado no dia 31/01/2022 às 14H33.
- INP (2021), Notícias, disponível no site, <http://www.inp.gov.mz/pt/Noticias/Presidente-da-Republica-faz-Discurso-Historico-num-Dia-em-que-a-Plataforma-Coral-Sul-FLNG-foi-Baptizada-e-Enviada-a-Mocambique>, consultado no dia 1/02/2022 às 16H33
- ITIE (vários anos), Relatórios Independentes da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva de 2008 a 2019, disponíveis no site https://www.mireme.gov.mz/index.php?option=com_phoca-download&view=category&id=20:8-relatorio-da-itie-mocambique-anos-de-2017-e-2018&Itemid=150.
- MEF (2014), Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035), disponível no site <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/estrategias-nacionais/397-estrategia-nacional-de-desenvolvimento/file?force-download=1>.
- MEF (2018), Projected government revenues from gas projects, disponível no site (http://www.inp.gov.mz/pt/content/download/1372/9256/version/1/file/Republic+of+Mozambique_Government+Revenues+from+Gas+Projects.pdf), consultado no dia 31/01/2022 às 12H33.
- MEF (2022), Plano Economico e Social e Orçamento do Estado 2022, disponível no site www.mef.gov.mz, consultado no dia 30/01/2022 às 15H30.
- RTP (edição de 4 de Março 2021), petrolífera Exxon volta a adiar decisão final de investimento no gás de Moçambique, disponível no site https://www.rtp.pt/noticias/economia/petrolifera-exxon-volta-a-adiar-decisao-final-de-investimento-no-gas-de-mocambique_n1301870, consultado no dia 31/01/2022 às 14H00.
- Scurfield, A. B.T. (2021), How Mozambique Could Strengthen its Proposed Sovereign Wealth Fund, Social Sharing.
- Total Energies, Mozambique Liquefied Natural Gas Project, disponível no site <https://mzlng.to-talenergies.co.mz/>, consultado no dia 10/02/2022 às 8H33.
- VOA (edição de 22 de Outubro de 2021), Investimento da Exxon na bacia do Rovuma poderá ser abandonado, disse Wall Street Journal, disponível no site <https://www.voaportugues.com/a/investimento-da-exxon-na-bacia-do-rovuma-poder%C3%A1-ser-abandonado-disse-wall-street-journal/6281716.html>, consultado no dia 10/02/2022 às 10H33.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autores: Rui Mate

Revisão de pares: Edson Cortez, Júlia Zitha, Leila Constantino, Estrela Charles, Balazar Fael e Aldemiro Bande

Revisão linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique